

# Artigo 28 Código Penal Comentado: Emoção e Paixão nas Decisões Jurídicas

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | agosto 20, 2024



A interpretação do **Artigo 28 do Código Penal Brasileiro** aborda temas cruciais como emoção, paixão e a embriaguez no contexto da imputabilidade penal. Esse artigo especifica que tanto a emoção quanto a paixão não excluem a responsabilidade criminal. Noutras palavras, um indivíduo não pode ser isento de pena apenas porque agiu sob intensa emoção ou forte paixão.



Além disso, o Artigo 28 estabelece diretrizes sobre a embriaguez. Segundo a legislação, a embriaguez voluntária ou culposa pelo uso de álcool ou outras substâncias de efeitos semelhantes também não elimina a imputabilidade penal. Isso significa que, de forma geral, o Estado não tolera que alguém utilize a intoxicação como justificativa para escapar da responsabilização legal dos seus atos.

Para explorar aprofundadamente esses aspectos e compreender como eles são aplicados na prática jurídica, é essencial analisar as causas que podem excluir a imputabilidade penal e as consequentes implicações jurídicas. O estudo dessas disposições oferece uma visão clara e detalhada sobre como as emoções e estados de ânimo são tratados sob o prisma da justiça criminal.

## **Pontos importantes**

- O Artigo 28 especifica que emoção e paixão não excluem a responsabilidade penal.
- A embriaguez, voluntária ou culposa, também não isenta de pena de forma geral.
- Analisar a aplicação prática do artigo é vital para entender suas implicações jurídicas.

## **Fundamentação Legal do Artigo 28**



**Artigo 28** do Código Penal brasileiro trata dos aspectos que não excluem a imputabilidade penal, especificamente a emoção, a paixão e a embriaguez. É crucial entender o caráter ilícito dessas situações e a capacidade de entendimento dos agentes envolvidos.

## **Compreensão da Imputabilidade Penal**

Imputabilidade penal define a capacidade de uma pessoa de entender o caráter ilícito de suas ações e comportar-se de acordo. No contexto do **artigo 28**, mesmo sob emoção intensa ou paixão, o indivíduo continua imputável.

A lei estabelece que a responsabilidade penal não é excluída por esses estados emocionais, mantendo a culpabilidade do agente. Portanto, mesmo em estados de forte emoção, a pessoa é julgada capaz de responder por seus atos.

# A Relação entre Emoção e Paixão no Direito Penal

A **emoção e a paixão** são condições humanas que podem influenciar o comportamento, mas no direito penal, conforme o **artigo 28**, essas condições não anulam a imputabilidade.

A emoção refere-se a estados afetivos intensos e passageiros, enquanto a paixão é um sentimento duradouro. A legislação entende que, apesar da alteração emocional, a capacidade do indivíduo de **entender o caráter ilícito** de suas ações permanece intacta.

## Exceções à Imputabilidade: Emoção e Paixão

Existem exceções específicas no **artigo 28** que abordam casos de embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, onde o agente não tinha capacidade de entender ou agir conforme a lei. Nesse cenário, a imputabilidade pode ser excluída.

Contudo, é vital destacar que emoção e paixão, por si só, não servem como justificativa para eximir o agente da responsabilidade penal, reforçando a continuidade da **capacidade de entender** e agir conforme os parâmetros legais.

## Causas que Excluem a Imputabilidade Penal



As causas que excluem a imputabilidade penal tratam das situações em que o agente não pode ser considerado responsável pelo crime. A seguir, são abordados os papéis que a emoção, paixão, álcool, substâncias análogas e perturbação da capacidade de julgamento desempenham na exclusão da imputabilidade.

## **Papel da Emoção e da Paixão**

Emoção e paixão não excluem a imputabilidade penal. De acordo com o [Artigo 28 do Código Penal](#), uma pessoa ainda é considerada responsável por seus atos, mesmo que sob forte influência emocional. Esse entendimento é importante para garantir que emoções intensas, como raiva ou amor extremo, não sejam usadas como defesa para ações criminosas.

A legislação estabelece que a capacidade de entender a natureza ilícita de um ato e de agir conforme esse entendimento não é anulada pela presença de emoções fortes ou paixões. Isso reflete um princípio de que cada indivíduo deve ser responsável por ações, independentemente do estado emocional.



# Influência do Álcool e Substâncias Análogas

A embriaguez voluntária ou culposa, seja por álcool ou substâncias de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade penal. Isso significa que um indivíduo que se embriaga de forma intencional ou por negligência continua responsável por quaisquer crimes cometidos durante este estado.

Conforme o [Art. 28 do Código Penal](#), apenas a embriaguez completa, resultante de caso fortuito ou força maior, pode excluir a imputabilidade. Nesse caso específico, a pessoa deve estar completamente incapaz de entender o caráter ilícito de seu ato, sendo essa uma exceção estrita.

## Perturbação da Capacidade de Julgamento

A capacidade de julgamento pode ser perturbada por diversas causas, incluindo doenças mentais. Quando uma pessoa sofre de uma perturbação mental que impede significativamente o discernimento necessário para entender o caráter ilícito de um ato, a imputabilidade pode ser excluída.

Doenças mentais severas são um exemplo central onde a lei prevê a exclusão da responsabilidade penal, reconhecendo a incapacidade do indivíduo de atuar com pleno entendimento e controle sobre suas ações. A avaliação médica e psiquiátrica é crucial para determinar a presença e a extensão dessas perturbações no julgamento.

## Avaliação da Culpabilidade e Consequências Jurídicas

A avaliação da culpabilidade em relação à emoção e à paixão no Código Penal é crucial para determinar a responsabilidade criminal. As distinções entre emoção e paixão patológica, bem como suas influências na culpabilidade, têm implicações legais

significativas, especialmente em casos de lesão corporal e crimes semelhantes.

## Diferenciando Emoção e Paixão Patológica

A **emoção** é uma reação afetiva momentânea que pode levar alguém a agir impetuosamente. **Paixão patológica**, por outro lado, é uma condição duradoura e intensa, muitas vezes fora do controle da pessoa.

As leis reconhecem que, embora essas circunstâncias possam influenciar o comportamento, elas não excluem a imputabilidade penal. Em contextos legais, a paixão patológica pode ser examinada para entender até que ponto a saúde mental do réu estava comprometida no momento do crime, mas raramente resulta em exclusão total de culpa.

## Culpabilidade sob Influência de Paixões

A **culpabilidade** envolve a capacidade do indivíduo de entender o caráter ilícito de seu ato e de agir conforme essa compreensão. Mesmo sob forte emoção ou paixão, o agente é considerado imputável.

Quando uma pessoa age sob **forte paixão**, como ciúmes ou raiva, a intensidade desse sentimento pode ser considerada na graduação da pena. No entanto, para a Lei Penal, a culpa permanece. A análise jurídica foca em quanto a paixão influenciou a decisão de cometer o crime, mas sem excluir totalmente a responsabilidade.

## Implicações para Lesão Corporal e Crimes Semelhantes

Nos casos de **lesão corporal** e crimes contra a pessoa, a emoção e a paixão são fatores frequentemente presentes. A emoção pode desencadear uma ação agressiva imediata, enquanto a paixão patológica pode levar a comportamentos repetitivos e intensos.

Em crimes como homicídio passional, embora a emoção e a paixão patológica sejam considerados na análise, elas não eliminam completamente a culpabilidade. A justiça pode levar em conta a intensidade da paixão para atenuar a pena, mas a responsabilidade criminal permanece. É essencial que a diferença entre uma reação momentânea e uma condição duradoura seja claramente delineada para aplicar a lei de maneira justa e eficaz.

## Implicações Práticas e Jurisprudência

O [Artigo 28 do Código Penal](#) aborda a responsabilidade penal em estados de emoção e paixão, além da embriaguez voluntária. Este artigo crucial para a lei penal brasileira impacta decisões judiciais e interpretações contemporâneas.

### Casos Emblemáticos e Precedentes

Decisões importantes ajudam a estabelecer como se aplica o Artigo 28 na prática. Em um caso notório, um réu alegou que agiu sob [intensa paixão](#), mas o tribunal manteve a culpabilidade, conforme a regra do artigo.

Outro exemplo envolve embriaguez: uma pessoa completamente embriagada em caso fortuito foi considerada não imputável, conforme o § 1º do artigo. Em contraste, casos de embriaguez voluntária resultaram em manutenção da responsabilidade penal, alinhados com a doutrina do [actio libera in causa](#).

### Interpretações Contemporâneas do Artigo 28

Atualmente, os tribunais brasileiros interpretam o Artigo 28 de forma a não permitir a diminuição de pena para comportamentos impetuosos com base em emoções ou paixões. Isso se reflete em decisões onde a capacidade de auto-controle do



réu   avaliada rigorosamente.

A embriaguez voluntária, especificamente,   examinada cuidadosamente, distinguindo entre casos de força maior ou fortuito e embriaguez intencional. Tribunais frequentemente recorrem ao [Código Penal](#) para garantir que tais estados não reduzam a imputabilidade penal, preservando a justiça das sentenças judiciais.

## Desafios e Perspectivas Futuras no Direito Penal

O Direito Penal enfrenta vários desafios que demandam constante atualiza o legislativa. **A complexidade dos delitos modernos** exige um sistema penal efetivo e capaz de acompanhar as mudanças sociais e tecnológicas.

**A responsabilidade penal** deve ser analisada considerando a **plena capacidade** dos indivíduos. Casos que envolvem **emo o e paixão** intensas precisam ser tratados com sensibilidade, sem comprometer a justiça.

### Principais Desafios

- **Atualiza o Legislativa:** A necessidade de leis que reflitam as novas realidades.
- **Tecnologia:** Aumento de crimes cibernéticos e uso de tecnologia na resolu o de casos.
- **Efetividade:** Melhorias no sistema para garantir puni es justas e rápidas.

### Perspectivas Futuras

- **Adapta o  s Novas Realidades:** Reformas contínuas para responder às demandas sociais.

- **Instituições Robustas:** Fortalecimento das instituições para melhor aplicação do **Código Penal**.
- **Formação e Treinamento:** Educação de operadores do Direito para lidar com **emoção, paixão** e outros fatores subjetivos.

## Exemplos de Iniciativas

- **Cursos de Aperfeiçoamento:** Programas para capacitarem juízes e promotores.
- **Investimento em Tecnologia:** Ferramentas avançadas para investigação e prevenção de crimes.
- **Debate Público:** Fóruns de discussão sobre mudanças necessárias no **Código Penal**.

O futuro do Direito Penal depende de um equilíbrio entre rigor e adaptabilidade, sempre visando uma justiça mais equitativa e eficaz. Guardar a **plena capacidade** das partes envolvidas em contextos de **emoção** e **paixão** permanece um aspecto crucial para decisões justas e humanas.

## Perguntas Frequentes

As questões sobre a influência da emoção e da paixão na culpabilidade, a interpretação do Artigo 28 do Código Penal, e as circunstâncias de crimes passionais são frequentemente debatidas no Direito Penal. Aqui estão algumas perguntas comuns e suas respostas.

### **Qual a influência da emoção e da paixão na exclusão da culpabilidade segundo o Código Penal?**

A emoção e a paixão não excluem a imputabilidade penal. O Código Penal estabelece que atos cometidos sob esses estados

emocionais não eximem o agente de responsabilidade criminal, salvo raras exceções.

## **Como o Artigo 28 do Código Penal trata a atuação sob forte emoção?**

O Artigo 28 do Código Penal é claro ao afirmar que a emoção, mesmo sendo um sentimento intenso e momentâneo, não serve como justificativa para excluir a culpabilidade de um crime.

## **Qual é a diferença entre o crime de paixão e outros crimes no contexto do Código Penal?**

Crimes passionais são frequentemente motivados por emoções intensas e pessoais, como ciúme ou raiva. No entanto, a lei não prevê uma excludente específica para esses casos, mantendo a responsabilidade criminal equivalente a outros crimes.

## **Em que situações a injusta provocação da vítima pode ser considerada no julgamento de um crime?**

A injusta provocação da vítima pode ser levada em conta na dosimetria da pena, mas não na exclusão da culpabilidade. Esta circunstância pode atenuar a pena, reconhecendo que a reação do agressor foi impulsionada por uma provocação injusta.

## **De que maneira a alteração por consumo de drogas se relaciona com o Artigo 28 do Código Penal?**

O Artigo 28 também aborda a embriaguez voluntária ou culposa. A embriaguez provocada por álcool ou substâncias análogas não exclui a imputabilidade, a não ser em casos de embriaguez completa por causas fortuitas ou de força maior, onde pode

haver isenção de pena.

## **Quais são os aspectos avaliados pelo Direito Penal em casos de homicídio cometido sob forte emoção?**

O Direito Penal analisa não só o fato de a emoção estar presente, mas também o grau de controle que o agente tinha sobre suas ações. O julgamento leva em conta a intensidade da emoção e a capacidade de o agente compreender o caráter ilícito do ato.